

# A mão invisível do neoliberalismo | Luiz Marques

22/07/2021

---

Veio à tona o que estava resguardado em um círculo restrito de políticos e membros do Judiciário, desde o dia 08/07. O ministro da Defesa, general Braga Netto, acompanhado dos chefes militares do Exército, Marinha e Aeronáutica contataram o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas/AL), para dizer que não haveria eleições em 2022 sem o voto impresso. Ato contínuo, Lira que é um dos líderes do Centrão, teria conversado com o despresidente da República, Jair Bolsonaro, para dizer que não acompanharia a trupe em um terceiro golpe. O segundo caracterizou-se pela interdição da candidatura de Lula da Silva no último pleito. O primeiro, pelo impeachment da mulher ex-mandatária do país, sem crime de responsabilidade ou corrupção, Dilma Rousseff. Dois é bom, três é demais.

O parlamentar que tem impedido, monocraticamente, a abertura do processo de *impeachment* do misógino acusado de crimes de responsabilidade (com provas), acusações de prevaricação (compra superfaturada de vacinas), corrupção (rachadinhas) e o que mais se descobrirá ao abrir a Caixa de Pandora dos podres poderes – agora puxa o freio de mão. Nega-se a dar prosseguimento ao espectro, que não é o do comunismo como se lê no Manifesto de 1848, mas o do fascismo como se vê no esgoto brasileiro, avançando sobre o Estado de Direito Democrático. O Centrão sabe que os políticos que dependem do voto não se elegerão mais, caso respaldem o *putsch* aventado para outra vez retirar da disputa quem lidera as pesquisas, no páreo marcado para o ano que vem. Infâmia tem limite.

Colunistas do UOL comentam que a postura dos comandantes militares – e suas ratazanas no Palácio do Planalto em postos administrativos do alto escalão – está no DNA das Forças Armadas. Essa é uma análise superficial que não prepara a ofensiva necessária das classes populares para garantir o calendário eleitoral e as regras do jogo. O argumento do voto impresso, a solução proposta para um problema inexistente, lembra a palavra do antigo hebraico, NAVAH, que significa “*dar existência para o que não existe*”. Sobretudo porque sequer as pedras ignoram que a hipótese impraticável de impressão da cédula é apenas um pretexto para atizar a aglomeração dos ratos bolsominions, cada vez mais desdentados e acuados, frente ao desgaste crescente de seu líder miliciano sobretudo com a CPI. A questão é: em nome de quem, benzadeus, foi proferida a ameaça à ordem consitucional?

Um golpe militar nunca é somente um golpe militar, em uma sociedade diversificada e complexa, ensinou René Dreyfuss (1964: a Conquista do Estado, 1981). Sempre é um “*golpe civil-militar*”. Isto é, “*um golpe de classe com apoio militar*” à guisa de guarda pretoriana do grande capital, e dos meios de comunicação para legitimá-lo. Em 64, em plena guerra-fria que dividia o mundo em hemisférios ideológicos, tratava-se de conter o avanço da “*república sindicalista*” e as ainda atuais “*reformas de base*”, propostas por João Goulart. Hoje, alegadamente, seria para substituir ou complementar as urnas eletrônicas, cujos resultados jamais foram em ocasiões anteriores contestados. Não parece crível que a mídia atualmente endosse a pantomima e que, à exceção dos bolsões extremistas, o povo se sinta convocado para uma cruzada arcaica pelo que não tem nenhum sentido plausível.

Sem o incentivo das classes socioeconômicas interessadas na implementação das políticas neoliberais (empresários nacionais e multinacionais, banqueiros, órgãos de imprensa), que por injunções conjunturais o capitão-de-mato (Paulo Jegues) não logrou entregar por inteiro, um novo golpe não é viável no cenário político. O bloco golpista está fraturado. O fato de o Brasil ser o derradeiro laboratório do experimento de desregulamentações, privatizações e ataque aos direitos trabalhistas em curso no mundo, acirra o esperneio das finanças e seus subsidiários. Mas a vontade, sem as condições subjetivas e objetivas colocadas na realidade, não basta para o golpismo concretizar-se com sucesso. Sobretudo com a economia em queda livre: acelerada desindustrialização, PIB agonizante, aumento geométrico da pobreza e da miséria, precarização do

trabalho e dos milhões de desempregados, a par da devastação ambiental pandêmica e geopolítica que tornou o país um pária internacional, – a ideia se apresenta qual uma aventura para os protagonistas e um risco para os negócios.

Os golpistas que insinuam o tapa e, a seguir, escondem a mão não possuem força para viabilizar a ameaça. Como na fábula sobre a Reunião Geral dos Ratos, de Esopo, muitos concordam que é necessário pôr um guizo no gato para, assim, protegerem-se em face de sua aproximação. Na metáfora, a temida aproximação é simbolizada pela possibilidade da volta de Lula e, com ela, dos “*excessos da democracia*” (sic) com a volta do ciclo de geração de empregos e distribuição de renda, sob um governo novamente hegemonizado pelos compromissos sociais da esquerda de crescimento e partilhamento das riquezas. Um governo de empatia com a luta dos oprimidos e explorados. A dificuldade está em achar os ratos que se habilitem a colocar o guizo no pescoço do bichano – sem se arranhar.

Outras fontes de legitimação estão descartadas. O Judiciário, com papel de proa em 2016 e 2018, baixou a crista após as revelações do Intercept acerca da conduta corruptora das leis constitucionais pela Lava Jato e o juiz ladrão. A anulação das sentenças condenatórias que embasaram o *lawfare* contra o retirante nordestino deixou as togas de molho. O TRF-4 já não tuge nem muge. Quanto ao TSF, pós-tudo, não demonstra pendor para repetir o erro de haver avalizado a vacância do cargo presidencial, logo, o golpe de Estado no fatídico abril da década de 60, enquanto Jango permanecia em território nacional. Alguém já disse: a história se repete, de início, como tragédia e depois como farsa. Calma nessa hora.

A Câmara Federal e o Senado, os partidos políticos socialistas / democratas no Parlamento, bem como as organizações da sociedade civil estruturada, estão sendo chantageados pelas forças predatórias do mercado. Cabe aos movimentos sociais, centrais sindicais e o conjunto de entidades que se manifestam pelo Fora Bolsonaro, de retorno às ruas em #24J, aprofundar o significado daquela consigna. Junto à rejeição político-civilizacional ao retrocesso representado pelo Genocida, criar um slogan que estampe a perversão econômica das políticas que trazem sofrimento para a maioria da população, tolhendo o seu direito a ter direitos. Em suma, alto e bom som, bradar: Fora Neoliberalismo. O conceito-síntese irradia a imprescindível politização por elevar o nível de consciência da cidadania, através de uma apreensão sobre a totalidade do real. O fascismo é uma política de morte, a exemplo do neoliberalismo. Ressaltar o vínculo necropolítico que une o fascismo e o neoliberalismo é o desafio dos lutadores antineofascistas e antineoliberais. *Hasta la Victoria!*

- **Luiz Marques** é professor universitário, UFRGS

